LUIZ CARLOS KEPPE NOGUEIRA

Racismo no Brasil: preconceito de marca e cotas para negros

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Kabengele Munanga

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2017

LUIZ CARLOS KEPPE NOGUEIRA

Racismo no Brasil: preconceito de marca e cotas para negros

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Titular Dr. Kabengele Munanga

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2017

Nome: **NOGUEIRA, Luiz Carlos Keppe**

Título: **Racismo no Brasil: preconceito de marca e cotas para negros**

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Direito

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A meu avô Oracy

RESUMO

Em primeiro lugar, a dissertação trata da formação histórica do racismo no Brasil, por meio de análise da economia, do direito e da cultura do período da escravidão. Analisa-se a importância da mão de obra negra para o capitalismo mercantilista e industrial; a função exercida pelo direito na viabilização e na legitimação do regime escravista; e a participação do negro, como sujeito e como objeto, em movimentos culturais como o Liberalismo, o Romantismo, o Barroco mineiro, o Neoclassicismo e a Geração de 1870. Em segundo lugar, trata da democracia racial, como mito socialmente disseminado e como produção teórica representada pela obra de Gilberto Freyre; das teorias que refutam o mito em questão, com destaque para os escritos de Oracy Nogueira, criador do conceito de preconceito de marca; e das expressões contemporâneas do racismo no Brasil, notadamente o racismo institucional, o econômico e o simbólico. Em terceiro lugar, analisa-se o embate entre o modelo de reconhecimento dualista de Nancy Fraser e o modelo monista de Axel Honneth. Complementares, as obras dos dois autores mostram que políticas de reconhecimento, como as políticas de cotas para negros nas universidades, são éticas e morais. Discute-se, por fim, quais os critérios adequados de reconhecimento da categoria racial dos concorrentes à cota. Defende-se que o melhor modelo é um que combina a autodeclaração e a heterodeclaração, e que conte com composição, parâmetros de julgamento e processos decisórios adequados

PALAVRAS-CHAVE: racismo, mito da democracia racial, preconceito de marca, reconhecimento, cotas, autodeclaração, heterodeclaração

ABSTRACT

First of all, this thesis discusses the historical formation of racism in Brazil by analyzing the economy, the law and the culture at the time of slavery. It analyzes the importance of the black labor force to mercantile and industrial capitalism; the role that the judicial system (the law) played in legitimizing servitude and slavery, and the role that black people played as subjects and objects of cultural movements such as Liberalism, Romanticism, Minas Gerais' Baroque, Neoclassicism and The Generation of the 1870's. Secondly, it will analyze the idea of a racial democracy as a widespread and socially disseminated myth and as a theoretical creation of Gilberto Freyre. It is discussed alongside theories that question its validity, such as Oracy Nogueira's concept of "mark prejudice". Next, it will discuss the current expressions of racism, such as its institutional, economic and symbolic forms. Furthermore, there is an analysis of the debate between Nancy Fraser's dualistic recognition model and Axel Honneth's monistic model. Both authors work expounds that policies of recognition, such as policies that employ quotas are ethical and moral. Lastly, it discusses the adequate criteria for recognizing the racial category of those who apply for quotas. It is argued that best model is one that combines self-identification and hetero-classification and that has adequate selection of members, evaluation criteria and decision-making process.

KEYWORDS: racism, racial democracy, prejudice of mark, recognition, affirmative action, quotas, self-identification, hetero-classification

AGRADECIMENTOS

A meus pais, por todo o apoio e incentivo. Ao professor Kabengele Munanga, pela sábia orientação. A Alberto Tassinari pelas valiosas recomendações de leituras e sugestões de ideias. A Lucas Galego, Hamad Kalaf, Diane Ghogomu, Laryssa Soler e Osmar Teixeira Gaspar pelas revisões, sugestões, outros auxílios e, sobretudo, pela amizade. Aos professores e aos demais funcionários da Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A CONSTRUÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
1.1. Economia.....	14
1.2. Direito.....	24
1.3. Cultura	
1.3.1. Liberalismo Político.....	35
1.3.2. Romantismo, Barroco Mineiro, olhar estrangeiro.....	44
1.3.3. Geração de 1870.....	57
2. RACISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
2.1. Democracia racial.....	64
2.2. Preconceito de marca.....	71
2.3. Expressões práticas.....	96
3. A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS EM UNIVERSIDADES	
3.1. Moralidade e Ética.....	106
3.2. Critérios de reconhecimento da afrodescendência.....	120
CONCLUSÃO.....	133
ANEXOS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140

INTRODUÇÃO

Não dá para falar do Brasil sem falar de racismo. Ao longo da história do país, o preconceito racial consolidou-se como uma característica definidora da nação, a qual permeia e macula todas as esferas da nossa vida social. A hierarquia racial está presente, de modo dissimulado, nos relacionamentos familiares e afetivos, nos estudos, na profissão e nas atividades de lazer do cidadão brasileiro, seja ele preto ou branco. No caso dos brancos, a cor da pele e as demais características fenotípicas são consideradas signos de superioridade, que dão acesso a privilégios e benefícios de diversas espécies – um tratamento favorável que se estende dos espaços familiares à padaria, ao shopping center, à delegacia, ao tribunal, ao hospital. Quanto aos negros, seus traços físicos são vistos como marcas de inferioridade, as quais oneram esses indivíduos com tratamentos discriminatórios de consequências graves – índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida inferior, menor acesso a serviços e bens básicos, maior risco de se tornarem vítimas da violência civil e policial. Uma sociedade regida por uma lógica de hierarquização racial onipresente é uma sociedade adoecida, onde a injustiça torna-se antes a regra do que a exceção. Nessa sociedade, identificar, acusar e buscar a superação do racismo, é, ou deveria ser, um interesse de todos.

Um problema social profundo e amplo como o racismo deve ser estudado tanto de modo setorial e especializado – um estudo de ouriço, o qual sabe muito de uma determinada coisa, para aproveitar a metáfora de Isaiah Berlin – quanto de modo abrangente e generalista – um estudo de raposa, a qual sabe de diversas coisas. Enquanto o estudo focado possibilita o exame minucioso de um fenômeno restrito ou de uma expressão restrita de um fenômeno maior, o estudo geral torna possível o tratamento compreensivo, mas perfunctório, de grandes fenômenos. Estamos cientes de que esse segundo modelo de pesquisa, que adotaremos aqui, traz consigo o risco da irrelevância. O valor de um estudo desse tipo depende de a tendência à superficialidade ser compensada, ou mais que compensada, por reflexões e articulações interdisciplinares e intertemáticas que enriqueçam a compreensão do fenômeno analisado.

Com isso em mente, procuraremos relacionar teorias históricas, econômicas, jurídicas, culturais, sociológicas e filosóficas, com o intuito de demonstrar que o racismo no Brasil tem sólidos fundamentos históricos, mas nem por isso é mero legado da escravidão; que o que predomina aqui é um preconceito de marca, com grande poder de reinvenção, adaptação e

permeabilidade; que reconhecer as especificidades e responder às necessidades particulares do grupo racial negro é uma questão de justiça e de ética – é justa e ética, portanto, a política de cotas para negros em instituições de ensino; e que os critérios de identificação dos afrodescendentes adotados por essa política – o da autodeclaração e o da heterodeclaração –, embora essencialmente adequados, podem e devem ser aprimorados.

No primeiro capítulo, trataremos da economia, do direito e da cultura do Brasil no período da escravidão, no qual ocorreram, de modo concomitante e inter-relacionado, a construção da nacionalidade brasileira e a consolidação dos fundamentos estruturais da hierarquia racial. Quanto à economia, procuraremos mostrar como o trabalho dos negros escravizados foi determinante não apenas para a transformação da colônia em um centro de produção de excedentes integrado ao sistema global do capitalismo mercantilista, como para a acumulação primitiva de capital que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil independente. Se, no período da escravidão, os negros foram forçados ao trabalho, após a abolição, eles foram marginalizados do mercado assalariado, devido ao preconceito, às dificuldades de qualificação e à competição com imigrantes europeus.

O direito, que até 1888 serviu para legitimar e viabilizar o trabalho forçado, após a abolição prestou-se a justificar a inação do poder público na reparação do legado deletério da escravatura. Presentes na Constituição de 1824, princípios universalistas como a liberdade e a igualdade cederam, tacitamente, à “*unwritten law*” e à prática escravistas. Previstos na Constituição de 1891, esses mesmos princípios justificaram a recusa do Estado em reconhecer as necessidades específicas da população afrodescendente.

No âmbito da cultura, o liberalismo, seja como ideia “fora de lugar” seja como ideia “no lugar”, conviveu de modo cínico com a escravidão, com o patrimonialismo e com o paternalismo - e com a lógica de hierarquização racial resultante desse conjunto antimoderno. O movimento romântico, ao buscar o símbolo da identidade nativa da nova nação no índio, distante e raro, e, portanto, passível de ser idealizado, e não no negro, que lembrava cotidianamente a elite branca de seu escravismo, manteve a estrutura de organização social inalterada. Nas artes plásticas, o desinteresse do público neutralizou as ameaças à hierarquia racial quando elas assumiram a forma de uma obra genial, produzida por um artista mestiço, o Aleijadinho, e de uma obra de menor qualidade, que propôs um olhar humanizador sobre os escravos, produzida pelo branco Debret. Com o fim da escravidão, a função da cultura de não perturbar a hierarquia racial inequívoca foi substituída pela de assegurar a continuidade dessa

lógica de divisão baseada na raça em um contexto no qual o fim do racismo juridicamente institucionalizado colocava-a em risco. A tal empreitada prestaram-se as ideologias científicas da Geração de 1870, como o darwinismo social, o biologismo e o evolucionismo spenceriano, que buscavam atribuir um caráter racional e científico ao racismo. Assegurada a permanência da hierarquia racial, a cultura pôde então reassumir sua função estritamente conformista – formou-se, então, a ideia da democracia racial.

A democracia racial foi primeiramente um mito socialmente disseminado e, em um segundo momento, uma ideologia, cuja principal base teórica é a obra de Gilberto Freyre. A crença de que o Brasil é um país sem racismo e sem barreiras raciais já existia no século XIX. Falava-se de uma “escravidão benigna” e da ausência de ódio recíproco entre proprietários e escravizados. No início do século XX, as relações entre negros e imigrantes europeus eram descritas como pacíficas e cordiais. Até mesmo parte da imprensa negra e os movimentos comunistas incorporaram o discurso de que o preconceito baseado na raça era inexistente no país. Em contraste com países com regimes de segregação formal, como os Estados Unidos e a África do Sul, o Brasil, onde relações afetivas inter-raciais eram comuns e negros bem-sucedidos eram integrados à sociedade branca, parecia, em um primeiro olhar, um paraíso racial.

Gilberto Freyre foi responsável por dar fundamento teórico – histórico e cultural – à narrativa romântica a respeito das relações raciais do país. Em termos históricos, o regime escravocrata brasileiro fora inspirado no sistema maometano, o qual se caracterizava pelo trato mais humano e familiar do cativo. Em termos culturais, a proximidade afetiva entre senhores e escravizados gerou um “equilíbrio de antagonismos” - uma forma de sociabilidade entre indivíduos com posições opostas na sociedade que mescla afeto, cordialidade, ódio e rancor. Uma cultura sadomasoquista seria responsável por reproduzir nos demais campos da vida os papéis de dominação e de subjugação engendrados no âmbito familiar. Ao dar ênfase à proximidade afetiva entre desiguais, a teoria de Freyre negligenciou o fato de que, subjacente à aparência coesa das relações entre pretos, brancos e mestiços, subsistia uma hierarquização social desfavorável aos afrodescendentes.

No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a ideia de um éden racial no Brasil despertou o interesse da UNESCO, a qual esperava encontrar aqui um modelo de relações tolerantes que pudesse servir de contraponto à barbárie nazista, ao *apartheid* sul-africano e ao sistema de Jim Crow estadunidense. A UNESCO patrocinou pesquisas sobre as relações entre

as raças no país, das quais participaram Florestan Fernandes e Oracy Nogueira. Cada um à sua maneira, Florestan e Oracy contestaram a hipótese inicial da inexistência de racismo entre nós.

Para Florestan Fernandes, o racismo no Brasil, uma realidade, resultava da transferência da ideologia estamental da ordem escravista para a modernidade. Entraves estruturais teriam impedido negros e mestiços de competirem em pé de igualdade com imigrantes e de aderirem ao modo de vida urbano, o que implicou atraso no ajuste da ordem e da ideologia racial aos novos preceitos de hierarquização da modernidade capitalista. A continuidade da “situação de castas” após a abolição impediu que os negros aproveitassem as potencialidades da “situação de classes” capitalista. A solução para o racismo, desse modo, seria a maturação do capitalismo brasileiro.

Para Oracy Nogueira, o preconceito racial constituiu-se como parte do sistema ideológico desenvolvido pelos grupos brancos nos países de colonização europeia, tendo por função a preservação da supremacia social desses indivíduos ante os demais membros da população. No Brasil, a tradição miscigenacionista portuguesa, a escassez de colonos e de mulheres brancas e a necessidade do europeu de se valer dos instrumentos de adaptação dos povos nativos motivaram o desenvolvimento de uma ideologia de relações raciais que, ao mesmo tempo em que protege os interesses essenciais do grupo dominante, estabelece, por meio do integracionismo, um “compromisso” com os povos não-brancos. Formou-se, assim, uma ideologia de relações raciais miscigenacionista e igualitária, a qual encobre uma forma sutil e sub-reptícia de preconceito: o preconceito de marca. O preconceito de marca tem como característica a hierarquização dos indivíduos com base em sua aparência racial – aparência essa que, embora predominantemente fenotípica, inclui também elementos de classe, econômicos e educacionais. Trata-se, assim, de um “fato social total”, que permeia as mais importantes esferas da vida – cultura, economia, produção, direito -, as quais se relacionam de modo complexo e plurívoco. O conceito de preconceito de marca de Oracy mostra-se adequado para a análise das expressões contemporâneas do racismo brasileiro.

O racismo mantém-se onipresente na sociedade brasileira contemporânea. Como racismo institucional, ele prejudica as relações dos negros com as instituições do Poder Judiciário, de segurança pública e de saúde. No âmbito do Judiciário, o preconceito racial expressa-se em um tratamento desfavorável dos réus pretos e em dificuldades de acesso à justiça. No âmbito da segurança pública, os pretos estão sujeitos à violência policial e ao

chamado “*racial profiling*”, que os alvos mais frequentes de abordagens, bem como a uma menor proteção em relação aos altos índices de violência nacional. No campo da saúde, o racismo institucional resulta em restrições ao acesso aos serviços de saúde, atendimento de menor qualidade relativo à saúde preventiva da mulher, ao pré-natal, ao parto e à anemia falciforme e em discriminações sofridas pelos profissionais da área. Como racismo econômico, o preconceito racial afeta um conjunto amplo de variáveis – taxas de qualificação, índices de emprego e de qualidade das vagas profissionais ocupadas. A consequência comum dessas formas setoriais de discriminação é a restrição do acesso dos afrodescendentes à renda produzida pela economia. O racismo simbólico é um conjunto de discursos que representam a reação da sociedade branca a um processo, real ou imaginado, de perda de sua hegemonia cultural. Por meio de ideias como a de que o racismo não mais existe e de que os negros já alcançaram o que buscavam, busca-se interromper a alteração nas relações de poder simbólico.

O combate efetivo ao racismo na sociedade brasileira demanda políticas públicas que desconstruam os alicerces estruturais, institucionais e simbólicos do preconceito. A política de cotas para negros em universidades públicas constitui resposta a altura de tal desafio - a intervenção na educação tem repercussões exponenciais sobre os mais importantes âmbitos sociais. Com base nas obras de Nancy Fraser e Axel Honneth, pode-se afirmar que políticas que reconheçam as necessidades específicas de determinados grupos sociais, como o dos afrodescendentes brasileiros, constituem imperativos de justiça e de ética. De acordo com a concepção bidimensional de justiça de Fraser, o reconhecimento é uma questão moral – a moralidade contemporânea abarca tanto questões de redistribuição dos recursos materiais, regidas por princípios universalistas, como questões de reconhecimento identitário, baseadas na aceitação e no acolhimento da diversidade. Para Axel Honneth, o reconhecimento é uma questão de ética – Honneth propõe uma ideia de “boa vida” baseada em relações de amor, de direito e de solidariedade, as quais devem possibilitar que o indivíduo se desenvolva de modo íntegro. O reconhecimento, para Honneth, não se limita à identidade, incluindo e explicando também as questões redistributiva. Complementares, as teorias dos dois autores mostram a legitimidade ética e moral de políticas de reconhecimento, como as ações afirmativas.

Por fim, é importante assegurar que o desenho da política de cotas para negros nas universidades adequa-se à realidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, mostra-se especialmente importante discutir se são próprios os mecanismos utilizados para identificar a

categoria racial dos candidatos ao vestibular. Os sistemas de identificação atualmente utilizados baseiam-se exclusivamente na autodeclaração ou na combinação entre a autodeclaração e a heterodeclaração (a declaração confirmatória por parte de outros indivíduos). Defendemos a ideia de que o sistema mais eficaz é um que combine os dois critérios, e que conte com composição, parâmetros de julgamento e processos decisórios adequados.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado um processo dinâmico e conturbado de redefinição e de ressignificação de sua identidade, de seus valores e de seus símbolos. As hierarquias sociais – de raça, gênero e sexualidade – estão sendo contestadas de modo inédito. Nas redes sociais, essas questões estão na ordem do dia. A hierarquia é combatida tanto por meio de denúncias diárias, que incluem das discriminações institucionais e estruturais às microagressões, quanto através da afirmação do valor dos grupos que buscam reconhecimento – como nas palavras do MC Rincon Sapiência, arma-se e ama-se: “Crespos tão se armando/ Faço questão de botar no meu texto / Que pretas e pretos estão se amando”. A reação a essas mudanças é enérgica – termos como ‘vitimismo’, ‘coitadismo’, ‘mimimi’ tornaram-se signos popularizados na cultura brasileira contemporânea. Antes do que um sinal de retrocesso, o recrudescimento dos discursos conservadores e autoritários no país é a expressão do mal-estar de parte da população em relação a um processo de avanço nos padrões de reconhecimento, percebido por ela como desestabilizante, desenraizador e ameaçador. Em uma sociedade segregada e pouco afeita à escuta empática, as vozes que demandam reconhecimento tornam-se estridentes. De acordo com os preceitos da Comunicação Não Violenta, tons imperativos surgem quando indivíduos e grupos não se sentem escutados – e há séculos as minorias não são escutadas no país. A percepção dos sujeitos desfavorecidos parece ser a de que não dá mais para esperar. Eles exigem mudanças imediatas, as quais são percebidas pelo grupo

hegemônico como concessões excessivas e aceleradas demais. O que era considerado o padrão de conduta – racismo, homofobia, discriminação de gênero -, a dar sentido e estabilidade às trocas intersubjetivas, rapidamente torna-se algo veementemente condenado. Quando negros, mulheres, homossexuais e transexuais abandonam seus papéis marcados – os de ‘crioulos’, ‘recatadas e do lar’, ‘bichas’ e ‘travecos’ –, os protagonistas – homens brancos, principalmente – perdem seu referencial e sentem-se alienados no palco. A peça, que nunca fez muito sentido para as minorias, perde seu poder de representação também para o grupo dominante. Torna-se necessária uma nova narrativa.

Para que uma metanarrativa nacional possa unir a sociedade brasileira nesse momento de crise e de reinvenção, ela deve resultar de um processo intersubjetivo democrático, do qual possam participar em condições equânimes os diversos grupos raciais, de gênero e de sexualidade. A política de cotas para negros contribui para a criação das condições para que os afrodescendentes participem desse processo. Como políticas éticas, as cotas favorecem o desenvolvimento da autoestima e da autonomia dos indivíduos, reunidas sob a ideia de integridade pessoal. Como políticas justas, elas asseguram a esses sujeitos uma paridade de participação social e de tratamento por parte das instituições públicas e privadas. As cotas não remetem apenas ao passado, cujos equívocos procuram reparar, mas, também, ao futuro. Não devem ser do interesse apenas dos negros, mas, sim, de toda a sociedade. Elas fortalecem os fundamentos democráticos da sociedade nacional, essenciais para que, por meio de lutas, negociações e conciliações, possamos produzir um projeto de nação representativo e inclusivo – o que se mostra premente.

ANEXOS

Figura 1 (do site Challenging your Dreams - <http://challengingyourdreams.com/>)

Figura 2 (foto de Jean Yves Donnard)

Figura 3

Figura 4

Figura 5

Figura 6

Figura 7

Figura 8

Figura 9

Figura 10 (parte)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal. *Novos Estudos – CEBRAP*, 43, nov. 1995.

AGUIAR, Danilo Rolim Dias de. “*Concentração do Mercado Varejista Alimentar Brasileiro*”, disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/730.pdf>

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de & FRAGA FILHO, Walter. “*Uma História do Negro no Brasil*”, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCAR, José de. “*O Guarani*”, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
_____. “*O Demônio Familiar*”, disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000164.pdf>

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira, *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 87, p. 5-11, July 2010.

ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. “Do (in)visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República”, *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, julho-dezembro de 2013, pág. 316-319.

ALONSO, Ângela. CRÍTICA E CONTESTAÇÃO: o movimento reformista da geração 1870, *RBCS Vol. 15 nº 44 outubro/2000*.

ANTONIL, André João. “*Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*”, São Paulo: Edusp, 2007.

ASSIS, Machado de. “*Obra Completa*”, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

_____. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: “*Obra completa*”, Rio de Janeiro: Aguilar, 1973. v. 3.

AVANCINI, José Augusto. Mário e o Barroco. “*Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*”, Brasil, n. 36, p. 47-66, julho 1994.

BAGOLIN, Izete Pengo e JÚNIOR, Sabino da Silva Porto. A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade, disponível em http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2003_09.pdf

BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito, *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 2, n.3., págs. 134-155, jul./ago. 2008.

BECKER, Gary. “*The economics of discrimination*”, Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

BERNARDINO, Joaze et alii. “*Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*”, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

BLACKBURN, Robin. *“A Queda do Escravismo Colonial: 1776-1848”*, São Paulo/Rio de Janeiro: ed. Record, 2002.

BONAVIDES, Paulo. *“A evolução constitucional do Brasil”*, In: Estudos Avançados 14 (40), 2000.

BONILLA-SILVA, Eduardo. The Essential Social Fact of Race, *American Sociology Review*, Vol. 64, No. 6 (Dec., 1999), pág. 900, disponível em <http://www.jstor.org/stable/2657410>

BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos, *Estudos Avançados*, vol.2 no.3 São Paulo Sept./Dec. 1988.

BRANDÃO, André Augusto P. (org.). *“Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira”*, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

BRIENEN, Rebeca Parker. *“Visions of Savage Paradise: Albert Eckhout, Court Painter in Colonial Dutch Brazil”*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006.

BRINK, Bert van den. Recognition, Pluralism and the Expectation of Harmony: Against the Ideal of an Ethical Life “Free from Pain”, In: PETHERBRIDGE, Danielle (ed.), *“Axel Honneth: critical essays, with a reply by Axel Honneth”*, Leiden, Boston: Brill, 2011.

BROOKS, Nancy; DONAGHY, Kieran; KNAAP, Gerrit-Jan (orgs.), *“The Oxford Handbook of Urban Economics and Planning”*, Nova York: Oxford University Press, 2012.

BURKE, Peter. *“O que é História Cultural?”*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2004.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil – O estudo do estigma e do preconceito racial, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, n. 31, ano 11, p. 5-28, junho de 1996.

CAMPOS, Haroldo de. Da Razão Antropofágica: Diálogo e Diferença na Cultura Brasileira, *“Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, nº 62, julho de 1981.

CANDIDO, Antonio. *“Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)”*, volume I, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

_____. *“Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)”*, volume II, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. Dialética da Malandragem, In: *“O discurso e a cidade”*. São Paulo: Duas cidades, 1993.

_____. *“Literatura e Sociedade”*, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006

CARDOSO, Ciro Flamarion S., *“Agricultura, escravidão e capitalismo”*. Petrópolis: ed. Vozes, 1979.

CARVALHO, José Murilo. *“Cidadania no Brasil, o longo caminho”*, Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2002.

_____. “*Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*”, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras?, *Revista Rio de Janeiro*, n.8, p-101-114, set/dez. 2002.

CHALHOUB, Sidney. “*Machado de Assis, Historiador*”, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular – revisitando um conceito historiográfico”, *Revista Estudos Históricos*, [S.l.], v. 8, n. 16, dez. 1995.

CRESPO, Sílvio Guedes. 5 bancos ficam com 83% dos depósitos no país, menor nível desde 95, disponível em <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2013/05/10/5-bancos-ficam-com-83-dos-depositos-no-pais-maior-nivel-desde-95/>

COSTA, Emília Viotti da. “*Da Monarquia à República: momentos decisivos*”, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho, Sílvio Romero e a “ideia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação, *Revista Cronos*, [S.l.], v. 7, n. 1, jan. 2013.

COSTA, Milton Carlos. “*Joaquim Nabuco entre a História e a Política*”, São Paulo: Annablume, 2003.

COUTINHO, Afrânio. “*Introdução à Literatura no Brasil*”, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COUTY, Louis. “*A Escravidão no Brasil*”, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988.

CICONELLO, Alexandre. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade do combate à desigualdade racial, In: “*From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World*”, Oxfam Internacional, 2008.

CUNHA, Euclides. “*Os Sertões*”, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.

DIAS, Gonçalves. “*Antologia Poética*”, Rio de Janeiro: Agir, 1969.

DIEESE, “*Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos*”, São Paulo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. O Mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930), *Diálogos Latinoamericanos* 10.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, vol.12, n.23, págs.100-122, 2007.

_____. Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-170, Feb. 2013.

EISENBARTH, Alexandria. Race and Economics: Exploring Headwinds and Resilience, disponível em <https://www.ineteconomics.org/perspectives/blog/race-and-economics-exploring-headwinds-and-resilience>

ETHOS, “*Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas*”, São Paulo, 2010.

FAUSTO, Boris. “*História do Brasil*”, São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, Florestan. “*O negro no mundo dos brancos*”, São Paulo: Global, 2007.
_____. “*A Integração do Negro na Sociedade de Classes*”, vol. 1, São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Orlandino Seitas. Sobre a arte do Aleijadinho: abasileiramento e valoração, In: MENDES, Nancy Maria (org.), “*O Barroco mineiro em textos*”, Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FERREIRA, Antônio Honório. Classificação racial no Brasil, por aparência ou por origem, GT30 - Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas, 36º encontro anual da ANPOCS, disponível em <http://www.anpocs.org/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt30-2/8192-classificacao-racial-no-brasil-por-aparencia-ou-por-origem/file>.

FILHO, Domício Proença. A Trajetória do Negro na Literatura Brasileira, “*Estudos Avançados*”, 18 (50), 2004.

FILHO, Calixto Salomão. “*Concentração, Estruturas e Desigualdade – As Origens Coloniais da Pobreza e da Má Distribuição de Renda*”, São Paulo: IDCID, 2008.

FILHO, José Luiz Alcântara e FONTES, Rosa Maria Olivera. “*A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil*”, em Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, Vol.4, Nº7 Jul-Dez 2000.

FINKELMAN, Paul. The Rise of the New Racism, *Yale Law & Policy Review*, Volume 15, iss. 1, article 6, 1996.

FLETCHER, Micheal A. “Fifty years after March on Washington, economic gap between blacks, whites persists”, *The Washington Post*.

FOUCAULT, Michel. “*A Arqueologia do Saber*”, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar, *Cadernos de debate*, São Paulo, n.1, pp. 61-64, 1976.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?, *Lua Nova*, São Paulo, 70, 2007.
_____. e HONNETH, Axel. “*Redistribution Or Recognition?: A Political-philosophical Exchange*”, Nova York, Londres: Verso, 2003.

_____ A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63:7-20.

FREYRE, Gilberto. “*Casa Grande & Senzala*”, São Paulo: Global Editora, 2003.

_____ “*Brazil: An Interpretation*”, Nova Iorque: Alfred Knopf, 1945.

_____ “*Gilberto Freyre na UnB*”, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

_____ “*Manifesto Regionalista*”, Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

_____ “*Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*”, São Paulo: Global Editora, 2006.

_____ “*Novo Mundo nos Trópicos*”, São Paulo: Global Editora, 2011.

_____ “*Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*”, Rio de Janeiro: ed. José Olympio, 1968.

FRY, Peter. A cinderela negra, *Revista USP*, São Paulo (28): 122-135, dezembro/fevereiro 1995/1996.

FUKUYAMA, Francis. The End of History?, *The National Interest*, Summer 1989, disponível em https://www.embl.de/aboutus/science_society/discussion/discussion_2006/ref1-22june06.pdf

FURTADO, Celso. “*Formação Econômica do Brasil*”, São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2007.

GAHYVA, Helga. Resenha do livro 'Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo', de Virgínia Leone Bicudo, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, nº 36, jul./dez. 2011.

GOMES, Flávio & ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. “*A abolição da escravidão: a igualdade que não veio*”, disponível em http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/abolicao_a_igualdade_que_nao_veio.html

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “*Racismo e Anti-Racismo no Brasil*”, São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

GOES, Emanuelle Freitas e NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades, *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, págs. 571-579, Dec. 2013.

GOMES, Heloís . “*O Negro no Romantismo*”, São Paulo: Atual, 1988.

GUTMAN, Herbert G., “*The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*”, Nova Iorque: Pantheon Books, 1976.

HOBBSBAWN, Eric J. “*A Era das Revoluções – 1789-1848*”, São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____ e RANGER, Terence (orgs.) “*A invenção das tradições*”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “História Geral da Civilização Brasileira - I-I, A Época Colonial”, São Paulo: Difel, 1985.

_____. “*Raízes do Brasil*”, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade, In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patricia (orgs), “*Teoria Crítica no Século XXI*”, São Paulo: Annablume, 2007.

_____. “Luta por reconhecimento - A gramática moral dos conflitos sociais”, São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBGE, “*Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2015*”, Rio de Janeiro, 2015.

_____. “*Pesquisa Nacional de Saúde*”, vol. II, 2013.

_____. “*Indicadores IBGE - Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, 2003-2015*”, Rio de Janeiro, 2015.

_____. “*Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2015*”, Rio de Janeiro, 2015.

_____. “*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014*”, Rio de Janeiro, 2015.

JACINO, Ramatis. “*O negro no trabalho de trabalho em São Paulo pós-abolição – 1912/1920*”, disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11042013-093449/pt-br.php>

KARASH, Mary. “*A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*”, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KALCKMANN, Suzana et al. Racismo Institucional: um desafio para a equidade no SUS?, *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2007.

LEMOS, Isabele. Movimentos negros, combate ao racismo e políticas de ação afirmativa para acesso à educação universitária no Brasil. *Publ.UEPG Appl. Soc. Sci.*, Ponta Grossa, 23 (2): 197-210, jul/dez. 2015.

LIBBY, Douglas Cole. “*Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*”, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira e VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9 (3), 2004.

LINHARES, Maria Yedda (org.), *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. “*A cultura-mundo, respostas a uma sociedade desorientada*”, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LOCKE, John. “*Two Treatises of Government*”, Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. “*Carta acerca da tolerância: Segundo Tratado sobre o Governo Civil*”, ed. Abril Cultural, 1978.

MACHADO, Elisabeth Mazon e MACHADO, Carlos Marcílio Naumann. Axel Honneth e Donald Winnicott: uma Aproximação Possível, *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n. 11, jan./jun. 2011.

MACHADO, Lourival Gomes. “*Barroco Mineiro*”, São Paulo: Perspectiva, 2003.

MAGALHÃES, Gonçalves de. “*Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil*”, Niteroi, *Revista Brasiliense*, Paris: Dauvin et Fontaine Libraires, 1836.

MAGNOLI, Demétrio. “*Uma Gota de Sangue: história do pensamento racial*”, São Paulo: Contexto, 2009.

MAIO, Marcos Chor. “O Contraponto Paulista: os estudos de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira no projeto UNESCO de relações raciais”, *Antíteses*, v.7, n.13, jan./jun. 2014
_____. (org.), “*Raça, ciência e sociedade*”, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996
_____. e SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)., *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan./jun 2005.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. “*A Escravidão no Brasil – Ensaio Histórico-Jurídico-Social*”, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. “Mestiçagem e perversão sexual em Gilberto Freyre e Arthur de Gobineau”, *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, vol. 26, nº 52.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006.

MATOS, Gregório de. *Obra Poética*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “*O Tempo Saquarema*”, São Paulo: ed. Hucitec, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: “*Sociologia e antropologia*”. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2003, págs. 183-314.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano, *Rev. Sociol. Polit.*, 2007.

MERQUIOR, José Guilherme. “*O liberalismo antigo e moderno*”, Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 1991.

_____. “*De Anchieta a Euclides - Breve história da literatura brasileira*”, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

MOYNIHAN, Daniel Patrick. “*The Negro Family: The Case for National Action*”, Office of Policy Planning and Research – United States, Department of Labor, 1965, disponível em <http://web.stanford.edu/~mrosenfe/Moynihan's%20The%20Negro%20Family.pdf>

MOTA, Carlos Guilherme (org.), “*Brasil em Perspectiva*”, São Paulo: ed. Difel, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “*Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*”, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MOURA, Clóvis. “*Dicionário da escravidão negra no Brasil*”, São Paulo: Edusp, 2004.

MUNANGA, Kabengele. “*Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra*”, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Negros e Mestiços na Obra de Nina Rodrigues, In: ALMEIDA, Adroaldo J. S.; SANTOS, Lyndon de A.; FERRETTI, Sergio (orgs.), “*Religião, Raça e Identidade – Colóquio do Centenário da Morte de Nina Rodrigues*” São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. “*Negritude – Usos e Sentidos*”, São Paulo: Ática, 1988.

NABUCO, Joaquim. “*O Abolicionismo*”, São Paulo: ed. Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. “*O Negro Revoltado*”, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NAVES, Rodrigo. “*A Forma Difícil – Ensaio sobre Arte Brasileira*”, São Paulo: Editora Ática, 1996.

NETO, Mario Danieli. “*Escravidão e Indústria: Um Estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*”, Biblioteca Digital da UNICAMP.

NHEDO, Marcela. “*A Dobra de Deleuze acontece em Aleijadinho? Considerações sobre as curvaturas e as inflexões*”, disponível em <http://www.forumpatrimonio.com.br/aleijadinho/artigos/pdf/31.pdf>

NOGUEIRA, Oracy. “*Tanto Preto Quanto Branco: Estudo de Relações Raciais*”, São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. “*Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga*”, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ORTIZ, Renato. “*Cultura brasileira e identidade nacional*”, São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIM, Antônio. “*História do Liberalismo Brasileiro*”, São Paulo: ed. Mandarim, 1998.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). “*Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*”, São Paulo: Annablume, 2008.

PALMER, Vernon Valentine. “*The Origins and Authors of the Code Noir*”, Louisiana Law Review, vol. 56, nº2, Winter 1996. Disponível em <http://digitalcommons.law.lsu.edu/lalrev/vol56/iss2/5>

PATTO, Maria Helena Souza. “*Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*”, In: Estudos Avançados, 13 (35), 1999.

PIERSON, Donald. “*Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial*”, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PINTO, Andréia Soares; MORAES, Orlinda Cláudia de; MONTEIRO, Joana (orgs.). “*Dossiê Mulher 2015*”, Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, 74: 35-58, 2008.

PRADO JR., Caio. “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2011.

_____. “*História Econômica do Brasil*”, São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. “*O Negro na Ordem Jurídica Brasileira*”, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 83, jan-dez, 1988.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. “*Negociações e Conflito - A resistência negra no Brasil escravista*”, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBAS, Antônio Joaquim. “*Curso de Direito Civil Brasileiro*”, Tomo II, Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865.

RICUPERO, Bernardo. “*O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*”, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Nina. “*Os Africanos no Brasil*”, Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ROMERO, Sílvio. “*História da Literatura Brasileira*”, disponível em

<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/344495.pdf>

ROISMAN, Florence Wagman. “End Residential Racial Segregation: Build Communities That Look Like America”, disponível em <http://www.hlpronline.com/Roisman.pdf>

ROUSSEAU, Jean-Jacques. “*O Contrato Social*”, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Racismo institucional: uma análise a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais e da Ética, *Ensaios Filosóficos*, v. 11, p. 145-165, 2015. disponível em <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo11/GisleneAparecidadosSantos.pdf>

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “*A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana*”, In: *Topoi*, v.5, n.8, jan.-jun. 2004.

SCHAPS, Dan. “*The debate over abolition*”, disponível em

http://scholar.library.miami.edu/slaves/slave_trade/individual_essays/dan.html

SCHUCMAN, Lia Vainer. “*Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.*”, tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>

SCHWARCZ, Lília Moritz (dir.). “*História do Brasil Nação: 1808-2010*”, Vol. 1, Crise Colonial e Independência, 1808-1830, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011.

_____. Gilberto Freyre: Adaptação, Mestiçagem, Trópicos e Privacidade em ‘Novo Mundo Nos Trópicos’, *Philia&Filia*, Porto Alegre, vol. 02, nº 2, jul./dez. 2011.

_____. “*Retrato em Branco e Negro – Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*”, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto (org.). “*Ao Vencedor as Batatas*”, São Paulo: Duas Cidades, 1992.

_____. Nacional por subtração, In: “*Que horas são?*”, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEARS, David O. e HENRY, P. J. The Origins of Symbolic Racism, *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 85, No. 2, 2003

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “*Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*”, Paris: Typographia de Firmin Didot, 1825.

SILVA, Júlio Cezar Bastoni da Silva. O Lugar das Ideias: Panorama de um Debate, *Em Tese*, [S.l.], v. 21, n. 1, set. 2015.

SILVA, Lúcia Osório. “*Terras devolutas e latifúndio: efeitos da 1850*”, Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. “*Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo. Letalidade policial e prisões em flagrante*”, sumário executivo, disponível em <http://www.ufscar.br/gevac/textos/>

SOARES, Luiz Carlos. “*A Indústria na Sociedade Escravista: Um Estudo das Fábricas Têxteis na Região Fluminense*”, disponível em http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399333448_ARQUIVO_ManufaturasTexteisnoRioDeJaneiro-ANPUH-Rio.pdf

SOUZA, Iara Lis C.. “*A Independência do Brasil*”, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SOUZA, Jessé. “*A Tolice da Inteligência Brasileira – Ou como o país se deixa manipular pela elite*”, São Paulo: Leya, 2015.

_____. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira, *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 12(1), maio de 2000.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. O Naturalismo de Euclides da Cunha: Ciência, Evolucionismo e Raça em Os Sertões. *Revista de História e Estudos Culturais*, mai. jun. jul e ago. 2010, vol. 7, ano VII, nº 2

SUAREZ, Rosana. Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural). *Kriterion* [online]. 2005, vol.46, n.112, págs.191-198

STAROBIN, Robert. S. “*The Economics of Industrial Slavery in the Old South*”, em *The Business History Review*, Vol. 44, Nº 2, Summer, 1970.

SUZINGAN, Wilson. “*Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento*”, São Paulo: Brasiliense, 1986.

TASSINARI, Alberto. “*O espaço moderno*”, São Paulo: Cosac Naify, 2001.

TAVARES, Paulino Varela; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Estamento Burocrático e Intencionalidade: Raymundo Faoro e Florestan Fernandes, *Revista de Economia Política e Histórica Econômica*, nº 16, págs. 56-74, janeiro de 2009.

TAYLOR, Charles. “*As fontes do self: a construção da identidade moderna*”, São Paulo: Edições Loyola, 1997.

THERNSTROM, Abigail e THERNSTROM, Stephan. “*Black Progress: how far we've come, and how far we have to go*”, disponível em <https://www.brookings.edu/articles/black-progress-how-far-weve-come-and-how-far-we-have-to-go/>

TOCQUEVILLE, Alexis de. “*Democracy in America*”, Vol. 2, Indianápolis, EUA: Liberty Fund, 2009.

UNICEF, “*Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e adolescentes*”, Brasília, 2012.

VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs.) “*Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)*”, Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. “*Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*”, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VARELA, Fagundes. “*Obras Completas*”, Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1892, disponível em <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6940>

VERSIANI, Flávio Rabelo. “*Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século*”, em *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº 4 (52), outubro-dezembro/1993.

VENTURA, Roberto. “*Estilo tropical - História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*”, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VILLAS BOAS, Glaucia. Arte e geopolítica: a lógica das interpretações. *Soc. estado.*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 487-500, Dec. 2011.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. “*Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil*”, Brasília: Seppir/PR, 2012.

ZANINI, Walter (org.), “*História Geral da Arte no Brasil*”, São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, vol. I.

ZANLORENZI, Elisete. “*O mito da preguiça baiana*”, Tese de Doutorado em Antropologia Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.